ATA DA 2.487ª SESSÃO (ORDINÁRIA)

Aos cinco dias do mês de maio de 2010, às 15h10min, no Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, realizou-se a 2.487ª sessão (ordinária) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sob a presidência do Conselheiro Edson Simões, presentes os Conselheiros Roberto Braguim, Vice-Presidente, Eurípedes Sales, Corregedor, Antonio Carlos Caruso e Maurício Faria, o Secretário Geral Renato Tuma, a Subsecretária Geral Roseli de Moraes Chaves, o Procurador Chefe da Fazenda Gianfrancesco Genoso e os Procuradores Joel Tessitore e Marcia Donatti Gubert. A Presidência: "Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos." Preliminarmente, a Corte registrou as seguintes presenças em Plenário: Senhor Virgílio Marcon Filho, Chefe de Gabinete; Solange Rodrigues Parra A. Ferreira, Chefe da Assessoria Jurídica e Marco Antonio Fernandes, Chefe Financeiro, ambos da Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo – Prodam (atual Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo – Prodam-SP S/A) A seguir, o Conselheiro Presidente Edson Simões deu conhecimento ao Egrégio Plenário do Relatório Oficial de Atividades da Presidência, no período de 26 a 30 de abril: Segunda-feira, dia 26 - Às 8 horas, o Presidente Edson Simões reuniu-se com o Secretário Geral, Dr. Renato Tuma, a Subsecretária Geral Dra. Roseli de Moraes Chaves; o Assessor Jurídico Chefe do Controle Externo, Dr. Murilo Magalhães Castro, o Subsecretário da Fiscalização e Controle, Luiz Camargo; o Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação, Mário Augusto de Toledo Reis; o Subsecretário Administrativo, Wagner Dal Médico e o Chefe Substituto de Gabinete da Presidência, José Camilo dos Santos, para tratar dos seguintes assuntos: Bancos – Solicitação aos bancos instalados neste Tribunal para que mantenham os caixas abertos na hora do almoço. O pedido foi encaminhado aos gerentes dos postos de serviços bancários deste Tribunal, Romeu Edmundo Bouças Mazzu, do Banco Santander, Gustavo Heitor Soares Kruger, do Banco Itaú e Ana Cláudia dos Santos Paulo, do Banco do Brasil. Fundo – Discussão sobre a regulamentação do funcionamento do Fundo Especial para despesas desta Corte. O Dr. Murilo Magalhães Castro, Assessor Jurídico Chefe de Controle Externo, e o Subsecretário de Fiscalização e Controle Luiz Camargo, ficaram incumbidos de estudar a regulamentação do funcionamento do fundo e elaborar relatório sobre suas vantagens e desvantagens. Segurança - O Presidente Edson Simões incumbiu o Subsecretário Wagner Dal Médico e o Chefe do NTI, Mário Augusto Toledo Reis, para, junto a com área de segurança deste Tribunal, examinar o sistema atual de controle de fluxo de pessoas e de veículos nas dependências deste Tribunal, além da segurança patrimonial, com a formatação de um plano de melhoria para criar um monitoramento das áreas comuns. Crachá - Por questões de segurança, ficou acertado em reunião com o Presidente Edson Simões e o Supervisor da Área de Segurança, Luiz Cláudio Lombardi, o uso de crachá para visitantes do Tribunal. Às 11 horas - O Presidente Edson Simões recebeu os representantes do Banco Santander, Alberto Antonio Ferreira, e Romeu Edmundo Bouças Mazzu, para tratar das questões relativas às propostas de uso de espaço dos postos de serviços no interior desta Corte. Terça-feira, dia 27 - Às 8 horas, o Presidente Edson Simões presidiu reunião de pauta com a sua Assessoria de Gabinete, com referência às Sessões da Primeira e Segunda Câmaras, Ordinária e Extraordinária. Em seguida, às 9 horas, participou de palestra organizada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação sobre o novo sistema de telefonia – PABX-IP, que possibilita a realização de chamadas telefônicas por meio de redes de dados. Na ocasião, o Presidente informou que o novo sistema faz parte do processo geral de modernização da Corte, que envolve, além da informática, também a área de infraestrutura, com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho do funcionário, o que faz a produção aumentar. Sobre este assunto, foi publicada na Internet e na Intranet a seguinte reportagem: NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO APRESENTA A NOVA TELEFONIA DO TCM Na terça-feira, dia 27 de abril, o NTI promoveu uma palestra aos servidores desta Corte sobre o novo sistema de telefonia – PABX-IP, que possibilita a realização de chamadas telefônicas através de redes de dados, isto é, na mesma infraestrutura trafegam voz e dados com alta qualidade e velocidade, como por exemplo, a Internet. Na abertura do evento, o Presidente Edson Simões enfatizou que "o novo sistema faz parte do processo geral de modernização da Corte, que envolve, além de informática, também a área de infraestrutura, com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho do funcionário, o que faz a produção aumentar". O PABX-IP substitui o sistema de PABX – um centro de distribuição telefônica manual que necessitava de um operador. Segundo o chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação, Mário Augusto de Toledo Reis, "antes da implantação definitiva, prevista para a primeira semana de maio, será dado um treinamento em todas as áreas para apresentar funcionalidade e operação dos novos aparelhos". Às 10 horas, para tratar de assuntos financeiros e técnicos da construção do novo edifício da Escola de Contas "Conselheiro Eurípedes Salles", presidiu reunião com a participação do Subsecretário Wagner Dal Médico, Assessor de Controle Externo, José Berti, do Supervisor da UTIC, Flávio Berto, dos Engenheiros Edson Siqueira e Luiz Fernando, do arquiteto João Mendes Pereira e da Coordenadora de Contabilidade e Finanças do Tribunal, Elaine dos Reis Rúbio. Quarta-feira, dia 28 - Às 14h30min, presidiu a Sessão da Primeira Câmara e às 15 horas, a Sessão Ordinária 2.484^a. Em seguida, presidiu as Sessões Extraordinárias 2.485^a e 2.486^a. Quinta-feira, dia 29 - Recebeu a visita do Dr. Hélio Rubens, ex-Subprefeito do bairro de Santana, em São Paulo. Sexta-feira, dia 30 - Às 9 horas, reuniu-se com os Assessores de Imprensa Arquimedes Fernandes e Nadia Carlin, para tratar da inserção na Intranet e na Internet de todos os relatórios semanais de atividades, que atestam a produtividade dos servidores em todas as áreas do Tribunal. Às 10h30min - Apresentação e discussão do pré-projeto do edifício da Escola de Contas, com a participação do Presidente Edson Simões, do Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales, do Diretor do EDIF, Valter Vendramin, do Engenheiro Gilberto Serai, do Diretor da Escola de Contas, Moacir Marques da Silva, do Subsecretário Wagner Dal Médico, do Chefe de Gabinete da Presidência, Miguel Kirsten, do Chefe de Gabinete do Conselheiro Edson Simões, José Camilo dos Santos, e do Arquiteto José Berti. Em seguida, às 11h30min, o Presidente Edson Simões e o Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales, receberam o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Antonio Carlos Rodrigues. Ele veio ratificar o convite para a solenidade, no dia 3, em homenagem às Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, pelos 40 anos de sua criação. Às 17 horas presidiu reunião com o Tenente PM Fabiano Batista Camilo Aguilar do Prado, o Inspetor Gilson Antonio da Silva, da Guarda Civil Metropolitana, o Subsecretário Wagner Dal Médico, o Chefe de Gabinete da Presidência, Miguel Kirsten, e o Chefe de Gabinete do Conselheiro Edson Simões, José Camilo dos Santos, para tratar das operações do sistema de segurança na movimentação de pessoal no interior deste Tribunal. **Continuando o Conselheiro Presidente Edson Simões manifestou-se como segue:** "Este Presidente registra a movimentação de processos de seu Gabinete no mês de abril de 2010, indicando a entrada de 364 e a saída de 394 processos, entre os quais estão incluídos 81 julgamentos. A Secretaria Geral providenciará a sua publicação na íntegra, em apartado. Nesta oportunidade, será feita uma apresentação rápida de três minutos do projeto de construção do edifício-sede da Escola de Contas Eurípedes Sales, feita pelo arquiteto José Berti." É uma coisa rápida. [apresentação de vídeo] **Solicitando a palavra, o Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim assim se expressou:** "Gostaria de parabenizar Vossa Excelência e toda a nossa equipe pela confecção do vídeo e pela conclusão do projeto de nossa Escola. Eu até deveria ter ido, essa semana, falar com Vossa Excelência. Era minha pretensão, na segunda-feira, falar, sem saber, efetivamente, do término dos trabalhos. Quando eu sugeri aos nossos

arquitetos e engenheiros que elaborassem o projeto, em vez de nós contratarmos o IAB, porque como expliquei aos senhores, nós tínhamos um custo de R\$ 70 mil, e eles teriam alguns óbices pela frente, de certidões e tudo mais, nós tínhamos que suplantar tudo isso, o que levaria muito tempo. Nosso desejo era ter dado início às perfurações, à pedra fundamental, ainda no ano passado, a par da parte legal, que tratamos com o Secretário Feldmann, "a priori", depois no encaminhamento ao Senhor Prefeito, à Presidência da Câmara, e tudo mais, para que a concessão fosse feita. Nós temos uma permissão, mas queremos uma concessão. Eu relembra isso, até então, estes dias, curiosamente, e havia pedido ao Doutor Carlos Macruz Filho, que aqui está, que falasse com o Doutor Miguel Kirsten, para saber como tinha ficado essa questão. Nós íamos estabelecer com o Secretário Wagner Dal Medico e o Professor Moacir Marques da Silva uma premiação para os nossos funcionários, para que tivessem a possibilidade de escolher e fazer um curso, com uma viagem, como forma de premiação. Queria lembrar isso a Vossa Excelência, para que nós pudéssemos retomar e premiar essa equipe, comandada pelo José Berti, que trabalhou com muito afinco. Eu sou testemunha. Não foi possível concluir o ano passado, mas eles tiveram muita boa vontade, muita prioridade neste assunto. Assim, eu acho que seria de plena justiça que eles obtivessem esta premiação, que nós vamos estudar." **Com a palavra, o Conselheiro Presidente Edson Simões assim se pronunciou:** "Perfeitamente, está em estudo. Entretanto, somente haverá premiação e festa quando a obra estiver concluída. 'Primeiro a obrigação, depois a devoção' como diziam nossos ancestrais, no período colonial brasileiro, quando o país estava em construção. Vamos inaugurar o prédio e, posteriormente, prestar a devida homenagem aos que tão bem trabalharam, conforme Vossa Excelência falou, e que ainda continuam trabalhando. Porém, independentemente da construção da Escola de Contas, há também outras prioridades. São dezessete reformas das quais não abriremos mão neste momento, porque são importantes e fundamentais para a manutenção do prédio do TCM, patrimônio de São Paulo. Nossa meta, portanto, é fazer isto o mais urgente possível e, ao mesmo tempo, construir e inaugurar a Escola de Contas. Feito isto, promoveremos a premiação e a festa. É o que faz parte da nossa pauta de trabalho e é assunto fechado. Vamos primeiro acabar com a obrigação de manter o prédio existente há 35 anos e, aí sim, faremos a festa, 'um grande carnaval'. A Presidência solicita ao Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim que assuma a direção dos trabalhos, para que este Conselheiro, na qualidade de Relator, possa relatar os processos constantes de sua pauta." Prosseguindo, o Presidente em exercício concedeu a palavra ao Conselheiro Edson Simões, que passou a relatar os processos de sua pauta, tendo como Revisor o Nobre Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales. – Ordem do Dia – **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO EDSON SIMÕES – a)**

Recursos: 1) **TC 2.309.03-97** – Recurso da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM interposto contra o V. Acórdão de 30/03/2005 – Relator Conselheiro Roberto Braguim – Agiltec Ltda. – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans – Representação solicitando a apuração da regularidade do Edital de Pré-Qualificação 001/2003, promovido pela SPTrans para seleção de empresa ou consórcio de empresas para participação de futura concorrência, do tipo menor preço, com vistas à prestação de serviços de execução das obras de infraestrutura para implantação do Ramal Vila Prudente do VLP, do entroncamento da linha Sacomã/Parque Dom Pedro II até a Avenida Salim Farah Maluf, e dos terminais de integração da extensão São Matheus. Após o relato da matéria, "o Conselheiro Edson Simões – Relator conheceu do recurso interposto pela Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, visto que preenchidos os requisitos de admissibilidade, postos no artigo 55 e seguintes do Regimento Interno desta Corte, e, quanto ao mérito, negou-lhe provimento, mantendo o V. Acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Outrossim, os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor e Antonio Carlos Caruso acompanharam, na íntegra, o voto do Conselheiro

Edson Simões – Relator. Ainda, na fase de votação, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) b) Diversos: 2) TC 3.508.05-10** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans – Análise do Edital de Pré-Qualificação 001/2003, cujo objeto é a seleção de empresas ou consórcio de empresas para participação de futura concorrência, do tipo menor preço, com vistas à prestação de serviços de execução das obras de infraestrutura para implantação do Ramal Vila Prudente do VLP, do entroncamento da linha Sacomã/Parque Dom Pedro II até a Avenida Salim Farah Maluf, e dos terminais de integração da extensão São Matheus. Após o relato da matéria, "o Conselheiro Edson Simões – Relator julgou irregular o Edital de Pré-Qualificação 001/2003, devido à existência de exigências restritivas relativas à comprovação de qualificação técnica – com afronta ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, ao inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei Federal 8.666/93, e aos §§ 1º, inciso I, 3º e 5º, do artigo 30 do mesmo diploma legal –, consideradas ilegais e limitativas de participação de interessados, quais sejam: 1º - comprovação de capacitação técnico-profissional limitada a 3 contratos; 2º - comprovação de execução de viaduto ou ponte rodoviária com extensão mínima de 1.000 m (mil metros) em área urbana; 3º - comprovação de execução de terminal de passageiros com área mínima de 3.000 m² (três mil metros quadrados); 4º - comprovação de fabricação de estrutura metálica; 5º - comprovação de fornecimento, instalação e operação de sistemas de TV, sonorização, telefonia, detecção e alarme de incêndio; 6º - atestados, com limitação de tempo, prazo e quantidade, para comprovação de realização de serviços complementares como "Iluminação de Via Pública em área urbana"; 7º - mesmas exigências de comprovação para o item de serviços de fornecimento e plantio de árvores, bem como para o item de serviços de sinalização urbana. Sua Excelência, ainda, julgou irregular a Pré-Qualificação 001/2003, tendo em vista a não autuação de processo administrativo para o presente certame, com infringência ao disposto no artigo 38, "caput", da Lei Federal 8.666/93, c/c o artigo 2º do Decreto Municipal 41.772/02, a ausência de projeto básico, em desacordo com o disposto no inciso I do artigo 7º da citada lei federal, e a previsão de recursos orçamentários sujeita à aprovação de Lei Orçamentária, com ofensa ao artigo 7º da mesma lei federal. Outrossim, o Conselheiro Edson Simões – Relator, em virtude das impropriedades apontadas, aplicou a multa no valor de R\$ 454,18 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos) aos gestores públicos, à autoridade homologadora dos resultados da pré-qualificação e da concorrência, aos ordenadores de despesa e signatários do contrato, identificados nos autos, com fundamento no artigo 52 e seguintes da Lei Municipal 9.167/80. Sua Excelência, ademais, determinou o envio de ofício, acompanhado do V. Acórdão a ser alcançado pelo Egrégio Plenário, à São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e aos responsáveis pelos atos imputados nos autos; ao Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, em resposta ao seu requerimento feito por meio do Ofício 4005/2009; à Procuradoria Geral do Município, para que adote as medidas cabíveis quanto à reparação de prejuízos e à eventual responsabilização dos gestores públicos; assim como ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e à Egrégia Câmara Municipal de São Paulo. Também, os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor e Antonio Carlos Caruso acompanharam, na íntegra, o voto do Conselheiro Edson Simões – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) c) Contratos: 3) TC 3.248.05-00** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Consórcio Queiroz Galvão/Andrade Gutierrez – Concorrência 030/2003 – Contrato 2004/086 R\$ 143.797.208,53 – Termo de Retirratificação 2004/A-136 (retificação parcial do teor dos itens 7.6 da cláusula sétima e 8.1.1 da cláusula oitava) – Prestação de serviços de execução das obras remanescentes da implantação da infraestrutura necessária à operação na linha Parque Dom Pedro II – Sacomã, Grupos de Linhas I, do Subsistema de Transporte Coletivo

de Passageiros de Média Capacidade do Município de São Paulo. Após o relato da matéria, "o Conselheiro Edson Simões – Relator julgou irregulares a Concorrência 030/2003, o Contrato 2004/86 e o Termo de Retirratificação 2004/A-136, no valor, à época da contratação, de R\$ 143.797.208,53 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e noventa e sete mil, duzentos e oito reais e cinquenta e três centavos), atualmente equivalentes a R\$ 238.336.377,00 (duzentos e trinta e oito milhões, trezentos e trinta e seis mil e trezentos e setenta e sete reais), diante das seguintes impropriedades: 1) desvios na formulação da planilha do orçamento: A precariedade com que foi montada a planilha do orçamento, sem a devida decomposição dos preços e quantidades unitárias nos subitens integrantes dos itens, por ser ilegal, feriu o artigo 7º, inciso II, do § 2º, da Lei Federal 8.666/93, bem como o princípio da legalidade que, por mandamento constitucional (artigo 37 da Constituição Federal), deve conduzir a Administração Pública, em todos os níveis; 2) falta de autuação do relevante processo administrativo, em inobservância ao "caput" do artigo 38 da Lei Federal 8.666, de 1993: A simples ausência de autuação do processo administrativo seria mais do que suficiente para ditar a nulidade dos atos ora julgados, sendo insuficientes as manifestações da interessada, no sentido de seguir método particular de autuação. A Lei Geral das Licitações e Contratações – Lei 8.666, de 1993, soberana nesta matéria –, é claríssima ao estabelecer, em seu artigo 1º, parágrafo único, sua incidência nas contratações das sociedades de economia mista controladas direta ou indiretamente pelos Municípios; 3) disposições no edital restringindo o princípio da competitividade do certame, ao exigir exibição de três instrumentos contratuais anteriores em comprovação da capacidade técnica dos licitantes; 4) falta de previsão orçamentária na abertura do certame e, conseqüentemente, na contratação, em flagrante violação à regra do inciso III, § 2º, do artigo 7º, da referida Lei 8.666/93; 5) falta de assinatura no edital (em desobediência ao artigo 40, § 1º, da Lei Federal 8.666, de 1993, e ao artigo 19 do Decreto Municipal 44.279, de 2003), frisando que a licitação pública não é outra coisa senão um conjunto de formalidades impostas à Administração, como condição para garantir o princípio da isonomia na celebração de contratos, não se justificando a atribuição de mais importância a umas em detrimento de outras; 6) ausência de comprovação da publicação eletrônica do edital, ao arrepio do artigo 9º do Decreto Municipal 44.279, de 2003; 7) precariedade na redação de modelo de contrato anexado ao edital e, por consequência, falta de clareza em cláusula do contrato definitivo, pondo em cheque o uso correto do mecanismo de reajuste aplicável aos valores contratados; 8) publicação do resumo do contrato fora do prazo previsto em lei, em desrespeito aos ditames legais e ao princípio da publicidade; 9) irregularidade do termo aditivo, levando-se em consideração a irregularidade do instrumento principal (aplicando-se o princípio de que o acessório acompanha o principal). Ademais, o Conselheiro Edson Simões – Relator, não conheceu os efeitos financeiros produzidos. Sua Excelência, também, amparado pelas disposições do inciso II, do artigo 52, da Lei Municipal 9.167/80, aplicou a cada um dos responsáveis identificados nos autos, a multa no valor de R\$ 454,18 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos). Sua Excelência, ainda, determinou o envio de cópia do V. Acórdão a ser alcançado pelo Egrégio Plenário ao Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça da Cidadania da Capital, para ciência, em resposta aos 5 (cinco) ofícios, o primeiro datado de 14/05/2007 e o último de 17/06/2009, bem como à Procuradoria Geral do Município, para que adote as medidas cabíveis relativas à reparação de prejuízos e à eventual responsabilização, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo, Gilberto Kassab, e à Egrégia Câmara Municipal, em face da gravidade das irregularidades ora apontadas. Ademais, os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor e Antonio Carlos Caruso acompanharam, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Edson Simões – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi

deferido." **(Certidão) 4) TC 3.509.05-83** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Consórcio Carioca/Andrade Gutierrez – Concorrência 019/2003 – Contrato 2004/070 – Prestação de serviços de execução de obras civis a serem realizadas na implantação do Ramal Vila Prudente, do entroncamento da linha Sacomã/Parque Dom Pedro II até o Viaduto sobre a Avenida Salim Farah Maluf, terminais São Lucas e Cohab Teotônio e sistemas eletrônicos. Após o relato da matéria, "o Conselheiro Edson Simões – Relator julgou irregulares a Concorrência 019/2003 e o Contrato 2004/070, pelas seguintes impropriedades: a) Na Concorrência 019/2003: 1) decorrer de procedimento de Pré-Qualificação, analisado no TC 3.508.05-10, considerado irregular; 2) não autuação de processo administrativo, infringindo o disposto no artigo 38, "caput", da Lei Federal 8.666/93, combinado com o artigo 2º do Decreto Municipal 41.772/02; 3) previsão de recursos orçamentários sujeita à aprovação de Lei Orçamentária; 4) ausência de projeto básico, infringindo o disposto no inciso I do artigo 7º da Lei 8.666/93, e ausência de apresentação do cronograma físico-financeiro, infringindo o inciso III do § 2º do artigo 7º, combinado com o artigo 116, incisos III e V do § 1º, também da Lei 8.666/93. b) No Contrato 2004/070: 1) previsão de recursos sujeita à aprovação da Lei Orçamentária; 2) decorrer de licitação considerada irregular. Outrossim, o Conselheiro Edson Simões – Relator, em virtude das impropriedades, aplicou a multa no valor de R\$ 454,18 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos) aos gestores públicos, à autoridade homologadora dos resultados da pré-qualificação e da concorrência, aos ordenadores de despesa e signatários do contrato, identificados nos autos, com fundamento no artigo 52 e seguintes da Lei Municipal 9.167/80. Sua Excelência, ainda, determinou à Subsecretaria de Fiscalização e Controle deste Tribunal que realize o acompanhamento da execução do Contrato 2004/070. Ademais, o Conselheiro Edson Simões – Relator determinou o envio de ofício, acompanhado do V. Acórdão a ser alcançado pelo Egrégio Plenário, à São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e aos responsáveis pelos atos imputados nos autos; ao Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, em resposta ao seu requerimento feito por meio do Ofício 4005/2009; à Procuradoria Geral do Município, para que adote as medidas cabíveis quanto à reparação de prejuízos e à eventual responsabilização dos gestores públicos; assim como ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e à Egrégia Câmara Municipal de São Paulo. Também, os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor e Antonio Carlos Caruso acompanharam, na íntegra, o voto do Conselheiro Edson Simões – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 5) TC 2.344.05-50** – Secretaria Municipal de Transportes – SMT e São Paulo Transporte S.A. – SPTrans – Contrato 236/04–SMT.GAB R\$ 28.728.138,93 – Continuidade da implantação do Programa do Subsistema Estrutural de Média Capacidade (VLP) no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de São Paulo, correspondente à 1ª Etapa da Linha I – trecho Parque Dom Pedro II/Sacomã e à 2ª etapa da Linha I – Ramal Vila Prudente/Extensão São Matheus. Após o relato da matéria, "o Conselheiro Edson Simões – Relator julgou irregular o Contrato 236/04-SMT.GAB sob exame, tendo em vista a ausência de justificativa do preço contratado, infringindo os artigos 24, inciso VIII, e 26, inciso III, parágrafo único, da Lei Federal 8.666/93, c/c o artigo 12 do Decreto Municipal 44.279/03, bem como a falta de comprovação de regularidade fiscal da contratada perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em descumprimento ao artigo 195, § 3º, da Constituição Federal. Sua Excelência, em consequência, não aceitou os efeitos financeiros e patrimoniais produzidos. Sua Excelência, ainda, aplicou ao ordenador da despesa e signatário do ajuste, devidamente identificado às folhas 37/38 e 44/60 dos autos, a multa no valor de R\$ 454,18 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), com fundamento no artigo 52, inciso II, da Lei Municipal 9.167/80. Ainda, o Conselheiro Edson Simões – Relator determinou a expedição de ofício

dirigido à Secretaria Municipal de Transportes – SMT, para que promova a instauração de procedimento próprio visando a apuração dos fatos ocorridos e das responsabilidades funcionais de quem deu causa ao resultado, assim como, apure, para fins de ressarcimento administrativo ou judicial, o valor de eventual prejuízo causado ao Erário Municipal, devidamente corrigido, informando este Tribunal de Contas, dentro do prazo de noventa dias, contado da data do recebimento do V. Acórdão a ser alcançado pelo Egrégio Plenário. Ademais, os Conselheiros Eurípedes Sales – Revisor e Antonio Carlos Caruso acompanharam, na íntegra, o voto proferido pelo Conselheiro Edson Simões – Relator. Afinal, na fase de votação, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) 6) TC 2.502.00-94** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Consórcio Queiroz Galvão – TTrans – Acompanhamento – Avaliar se a execução do Contrato 98/04, cujo objeto é o detalhamento de Projeto Executivo e execução de obras para implantação da infraestrutura da Linha Parque Dom Pedro II até Sacomã – VLP, no mês de maio/2000, foi desenvolvida de acordo com as especificações técnicas, bem como se os quantitativos medidos correspondem aos realizados. Avaliar, também, se os preços unitários significativos do Contrato e/ou das medições são compatíveis com os de mercado (Ordem de Serviço 6.8.5.0115/00). "O Conselheiro Edson Simões relatou ao Egrégio Plenário a matéria constante do citado processo. Ademais, na fase de discussão, o Conselheiro Maurício Faria solicitou vista dos autos, o que foi deferido." **(Certidão) Solicitando a palavra, o Conselheiro Maurício Faria assim se expressou:** "Senhor Presidente, eu peço vista na fase de discussão e gostaria de fazer um registro quanto às diversas matérias, foram 06 matérias trazidas na pauta do Ilustre Conselheiro Presidente Edson Simões, exercendo a condição de Relator. Na sexta-feira, nós temos habitualmente uma reunião preparatória da sessão, em que as Assessorias se reúnem na Sala das Becas, e os processos colocados em pauta são disponibilizados para que haja o exame e uma tomada de conhecimento pelas Assessorias dos Gabinetes, evidentemente visando orientar e dar informações aos Conselheiros. Ocorre que, segundo informação de minha Assessoria, na sexta-feira, existiu uma dificuldade de acesso à documentação desses processos, porque, ao que parece, havia um empenho do Conselheiro Relator para ultimar certos encaminhamentos, visando possibilitar que eles viessem a votos na sessão. Eu registraria, dentro disso, que naquela ocasião ainda não havia um parecer da Procuradoria da Fazenda Municipal e da Secretaria Geral nos TCs 3.508.05-10, 3.248.05-00, 2.309.03-97 e 3.509.05-83, ou seja, os quatro primeiros processos desta pauta não tinham ainda estes pareceres, os quais, evidentemente, são pareceres que, no meu entendimento e é um critério pessoal, eles têm um determinado peso na formação da minha convicção de julgador, porque o parecer da Secretaria Geral se pretende que seja uma finalização da instrução, em termos das áreas técnicas, e uma síntese da própria instrução, e o da Procuradoria da Fazenda Municipal se espera também que seja a síntese da posição da Administração, em face das questões suscitadas nos autos. Também, na segunda e terça-feira que antecederam esta sessão, ontem e anteontem, a minha Assessoria buscou elementos de informação, mas havia uma dificuldade, exatamente por essa necessidade de agilização da finalização da tramitação dos processos, e, suponho, para que fosse possível ao Relator finalizar relatórios e votos, que são longos, estruturados e que demandaram, provavelmente, muito trabalho. Evidentemente tenho claro que nós estamos com processos importantes, de uma intervenção urbana significativa, que é a questão do chamado "Fura Fila", processos que já têm um tempo de tramitação. Um deles tem a data do ano 2000, então, nós temos 10 anos de tramitação na Casa, outros com a data de 2005. São aproximadamente 5 anos de tramitação. E, outros, ainda, têm a data de 2003, são aproximadamente 7 anos de tramitação. Então, é importante mesmo que se busque trazer ao Pleno para julgamento, são matérias relevantes que já têm um tempo razoável de tramitação na Casa, mas eu não me senti em

condições de proferir o voto nas matérias anteriores, exatamente porque surgiu essa dificuldade de ter mais elementos quanto à instrução do processo para, inclusive, permitir da minha parte, da parte do meu Gabinete, uma análise mais ampla. Com relação à última matéria, eu fiz questão de pedir vista na fase de discussão, ainda, porque essa matéria tem uma particularidade que é a de que no relatório apresentado são apontados indícios aparentemente fortes de prejuízos ao Erário, ou seja, de irregularidades com dano ao Erário e, eventualmente, com caracterização de sobrepreço. Então, como essa matéria tem esse caráter, enquanto nas demais as argumentações apresentadas, os fatos relatados, salvo mais ampla apreciação, envolvem questões de interpretação jurídica, não existindo, em princípio, uma demonstração de indícios de sobre preço, de dano ao Erário, de irregularidade ou de fraude, eu ainda assim, entendi por pedir vista dos autos, mas, nesse caso, como o relatório aponta indícios de dano ao Erário, para que não pare nenhuma dúvida sobre a minha posição de princípio em relação a qualquer situação que implique dano ao Erário, eu pedi vista ainda na fase de discussão, para que possa, então, ter participação quando da deliberação sobre a matéria. E me comprometo, evidentemente, insistindo na relevância das matérias e no tempo já de tramitação destas matérias na Casa, o interesse do Ministério Público pelos conteúdos das matérias, e aí assinalo o meu respeito ao papel do Ministério Público. Eu, evidentemente, vou me empenhar para devolver essas matérias em um prazo breve, embora já esteja caracterizada, em princípio, uma maioria no sentido do voto condutor, no caso, proferido pelo Ilustre Conselheiro Relator. Obrigado." **Concedida a palavra ao Conselheiro Antonio Carlos Caruso, Sua Excelência expressou-se nos seguintes termos:** "Cumprimento o Relator pelo profundo voto apresentado." **Ainda fazendo uso da palavra, o Conselheiro Maurício Faria assim se pronunciou:** "Senhor Presidente, evidentemente as sessões do Tribunal de Contas têm caráter público, e suas decisões também têm caráter público, e eu acho positivo esse passo que o Conselheiro Antonio Carlos Caruso adianta, no sentido de que nós possamos dar maior publicidade, inclusive, procurando que todas as questões relevantes do Tribunal sejam objeto de cobertura pela imprensa. Então, eu acho que isso é positivo, e sinto que essa questão da exposição pública das nossas decisões é uma matéria importante, é uma matéria que tem aspectos delicados, mas, de qualquer forma, eu sou favorável à mais ampla publicidade, à mais ampla divulgação de todas as decisões do Tribunal de Contas. Entendo que se pode eventualmente ter, deve-se ter até essa iniciativa de os nossos julgados serem sistematicamente objeto de "release" para a imprensa o que poderia ser uma prática sistemática do Tribunal, ou seja, que todos os julgados sejam objeto de "release" à imprensa, para que haja, então, maior exposição do conteúdo dos nossos julgados. Acho até que isso pode levar a uma reflexão de aprimoramento do Tribunal de Contas. Nós temos, por exemplo, as decisões referentes ao não reconhecimento dos efeitos financeiros de vários contratos, será importante que nós façamos, também, uma prestação de contas dos encaminhamentos que foram dados a partir deste tipo de julgamento, para se saber se realmente a área jurídica do Executivo tomou as providências, que haja um mapeamento e um acompanhamento sistemático para verificar se as diversas decisões que têm sido proferidas de não reconhecimento dos efeitos financeiros, na maioria das vezes, eu ficando na condição de voto vencido, por razões que já são conhecidas, mas saber da efetividade dessas decisões, porque evidentemente essas decisões têm uma complexidade quanto à sua execução. Então, acho que o Conselheiro Antonio Carlos Caruso, e o Pleno, estão dando passos que eu considero importantes, independentemente da posição que vá ter nessa votação, mas entendo importante isso, realmente divulgar, através da imprensa, o conteúdo dos nossos julgamentos, liberar os diversos Conselheiros para que tomem iniciativas junto à imprensa. Até hoje nós não tivemos uma diretriz coletiva para este tipo de atuação. Mas, eu acho que é positivo. Obrigado." Prosseguindo, o Presidente em exercício, Conselheiro Vice-

Presidente Roberto Braguim, devolveu a direção dos trabalhos ao Conselheiro Edson Simões. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Conselheiro Presidente Edson Simões concedeu a palavra ao Conselheiro Vice-Presidente Roberto Braguim para relatar os processos de sua pauta, tendo como Revisor o Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales." – **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM** –

a) Recursos: 1) **TC 4.437.04-29** – Recursos "ex officio", da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM e de Cláudio do Prado Nogueira (Subprefeitura Perus) interpostos contra a R. Decisão de Primeira Câmara de 25/07/2007 – Relator Conselheiro Edson Simões – Subprefeitura Perus e L.A. Falcão Bauer Centro Tecnológico de Controle de Qualidade Ltda. – Elaboração do Plano Diretor Regional da Subprefeitura Perus 2) **TC 3.536.07-18** – Embargos de Declaração interpostos por Potenza Engenharia e Construção Ltda. em face do V. Acórdão de 10/09/2008 – Potenza Engenharia e Construção Ltda. – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP – Representação em face do Pregão 002/SMSP/COGEL/2007, cujo objeto é a prestação de serviços de conservação de áreas urbanizadas, ajardinadas, praguejadas e em seu entorno, e poda e remoção de árvores através de equipes **b) Diversos:** 3) **TC 2.587.08-02** – Subprefeitura Freguesia/Brasilândia – Acompanhamento – Verificar se o Edital do Pregão Presencial 024/SP.FB/2008, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, através de equipes, foi elaborado de acordo com os dispositivos legais pertinentes (Tramita em conjunto com o TC 2.584.08-06) 4) **TC 2.584.08-06** – Ciclo Engenharia e Pavimentação Ltda. – Subprefeitura Freguesia/Brasilândia – Representação em face do Pregão Presencial 024/SP.FB/2008, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, através de equipes (Tramita em conjunto com o TC 2.587.08-02). "O Conselheiro Roberto Braguim – Relator requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte, a retirada de pauta dos citados processos, para melhores estudos, o que foi deferido." (**Certidões**) – **PROCESSO DO CONSELHEIRO CORREGEDOR EURÍPEDES SALES** – **a) Contratos:** 1) **TC 66.06-69** – Secretaria Municipal de Serviços – SES e Fiat Automóveis S.A. – Pregão P05/SES/05 – Contrato 13/SES/05 R\$ 514.500,00 – Aquisição de 21 (vinte e um) veículos leves, tipo viatura, zero quilômetro, ano 2005, modelo 2006, tipo sedan, fabricação nacional, marca Fiat, modelo Siena 1.0 Fire 4 portas, cor vermelho, conforme Especificação Técnica CBM-002/122/05, para o Comando de Bombeiros Metropolitano. "O Conselheiro Eurípedes Sales – Relator requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte, a retirada de pauta do citado processo, para melhores estudos, o que foi deferido." (**Certidão**) – **PROCESSO DO CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS CARUSO** – **a) Diversos:** 1) **TC 2.371.09-56** – Associação Brasileira de Licitantes – Abralli – Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização – SMG – Representação em face do Pregão Eletrônico 10/2009/SMG, cujo objeto é o registro de preços para o fornecimento de álcool etílico hidratado combustível, gasolina automotiva e diesel B4 – mistura óleo diesel/biodiesel B4, para a Prefeitura do Município de São Paulo. "O Conselheiro Antonio Carlos Caruso – Relator requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte, a retirada de pauta do citado processo, para melhores estudos, o que foi deferido." (**Certidão**) – **PROCESSOS DO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA** – **a) Recursos:** 1) **TC 107.07-25** – Recursos "ex officio", da Subprefeitura Campo Limpo e de Marina Ferraz de Arruda Monteiro Gomes interpostos contra a R. Decisão de Juízo Singular de 18/09/2007 – Julgador Conselheiro Eurípedes Sales – Subprefeitura Campo Limpo e Marina Ferraz de Arruda Monteiro Gomes – Prestação de contas de adiantamento bancário – outubro/2004 2) **TC 57.07-59** – Recursos

"ex officio", da Subprefeitura Campo Limpo e de Marina Ferraz de Arruda Monteiro Gomes interpostos contra a R. Decisão de Juízo Singular de 18/09/2007 – Julgador Conselheiro Eurípedes Sales – Subprefeitura Campo Limpo (Coordenação de Educação) e Marina Ferraz de Arruda Monteiro Gomes – Prestação de contas de adiantamento bancário – agosto/2004

b) Contratos: 3) TC 1.399.02-63 – Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização – SMG e Geraldo J. Coan & Cia Ltda. – TAs 055/SEMAB-DAS/2002 R\$ 1.282.163,00 (alteração do Preâmbulo Valor, da Cláusula I – Do Objeto, e do item 4.1 da Cláusula IV – Do Preço e Das Condições do Pagamento do Contrato), 066/SEMAB-DAS/2002 R\$ 1.110.044,40 (Alteração do Preâmbulo Valor, da Cláusula I – Do Objeto, e do item 4.1 da Cláusula IV – Do Preço e Das Condições do Pagamento do Contrato), 067/SEMAB-DAS/2002 R\$ 80.000,17 (alteração do Preâmbulo Valor, da Cláusula I – Do Objeto, e do item 4.1 da Cláusula IV – Do Preço e Das Condições do Pagamento do Contrato), 009/SEMAB-DAS/2003 R\$ 570.366,67 (alteração do Preâmbulo Valor, da Cláusula I – Do Objeto, e do item 4.1 da Cláusula IV – Do Preço e Das Condições do Pagamento do Contrato) – Acompanhamento da Execução Contratual, relativos ao Contrato 070/SEMAB-DAS/2002, no valor de R\$ 4.143.755,60, julgado em 05/05/2004 – Serviços de preparo e fornecimento de alimentação escolar – "Refeição Grupo 4". "O Conselheiro Maurício Faria – Relator requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte, a retirada de pauta dos citados processos, para melhores estudos, o que foi deferido. **(Certidões) – PROCESSOS DE REINCLUSÃO – CONSELHEIRO PRESIDENTE EDSON SIMÕES** – Preliminarmente, o Conselheiro Presidente Edson Simões comunicou ao Egrégio Plenário que devolverá posteriormente os seguintes processos de sua pauta de reinclusão **1) TC 5.008.01-35** – Secretaria Municipal de Transportes – SMT e Companhia de Engenharia de Tráfego – CET – TA 1º/2001 R\$ 5.398.087,47 (alteração do valor contratual e ajuste dos anexos à vista do aumento do objeto em operação e sinalização viária) e Tº de Recebimento de 16/08/2002, relativos ao Contrato 08/01 – SMT.GAB, no valor de R\$ 43.900.000,00, julgado em 29/11/2006 – Serviços de engenharia de tráfego e educação de trânsito no Município de São Paulo **2) TC 5.555.04-90** – Recurso de Susana Rosa Lopez Barrios interposto contra o V. Acórdão de 23/05/2007 – Relator Conselheiro Roberto Braguim – Autarquia Municipal Hospitalar – AHM e SP Alimentação e Serviços Ltda. – Contrato 010/2003 – Serviços de nutrição para as unidades da Autarquia **3) TC 488.03-37** – Recursos "ex officio" e de Aloísio Punhagui Cuginotti Bittencourt interpostos contra a R. Decisão de Segunda Câmara de 30/08/2006 – Relator Conselheiro Roberto Braguim – Autarquia Hospitalar Municipal – AHM e Medicall Prestação de Serviços à Saúde Ltda. – Serviços de transporte de pacientes com ambulâncias de transporte de suporte básico e de suporte avançado (UTI Móvel) para os Hospitais Municipais "Dr. Arthur Ribeiro de Saboya" e "Dr. Benedito Montenegro" e para o Pronto-Socorro Municipal "Dr. Augusto Gomes de Mattos" **4) TC 478.08-98** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Maro's Sistemas de Alimentação Ltda.– Acompanhamento – Verificar se o Contrato 017/SMS/2005, cujo objeto é a prestação de serviços de preparo e distribuição de refeições a pacientes, acompanhantes, residentes, voluntários, acadêmicos e visitas autorizadas pela administração, está sendo executado conforme o pactuado **5) TC 99.09-60** – Agreg Construção e Soluções Ambientais Ltda. – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP – Representação em face do Pregão Presencial 035/SMSP/COGEL/2008, cujo objeto é a composição de Ata de Registro de Preços, por agrupamento, para prestação de serviços de conservação de pavimentos viários com aplicação de concreto asfáltico e emulsão da pintura de ligação, por tonelada – **CONSELHEIRO EDSON SIMÕES** – Prosseguindo, o Conselheiro Edson Simões comunicou ao Egrégio Plenário que devolverá posteriormente os seguintes processos

constantes de sua pauta de reinclusão: **1) TC 2.714.03-05** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Cooturb Cooperativa de Transporte Urbano no Município de São Paulo – Contrato 2003/003 R\$ 890.000,00 – Serviços de operação de transporte coletivo público de passageiros, na modalidade comum, na Cidade de São Paulo **2) TC 2.716.03-30** – São Paulo Transporte S.A. – SPTrans e Intercoop Cooperativa de Transporte Urbano de Passageiros – Contrato 2003/004 R\$ 830.000,00 – Serviços de operação de transporte coletivo público de passageiros, na modalidade comum, na Cidade de São Paulo **3) TC 5.625.96-92** – Secretaria Municipal de Transportes – SMT e Consórcio Setepla/Protran – TAs 10/01/SMT R\$ 675.928,80 (prorrogação de prazo), 11/01/SMT R\$ 196.358,98 (prorrogação de prazo), 12/01/SMT R\$ 196.358,98 (prorrogação de prazo) e 13/01/SMT R\$ 98.179,50 (prorrogação de prazo), relativos ao Contrato 003/96-SMT/DTP-GAB, no valor de R\$ 1.576.393,37, julgado em 27/11/1996 – Serviços de apoio técnico ao gerenciamento do Sistema de Transporte Público de Passageiros no Município de São Paulo (engenharia consultiva especializada em gerenciamento de transporte) **4) TC 2.292.08-09** – Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP – Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP – Secretaria Municipal de Educação – SME – Constituição de Grupo de Estudo para avaliar a exclusão das despesas com inativos da Educação do câmputo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal, conforme determinação exarada no parecer prévio das Contas do Executivo relativas a 2007 **5) TC 1.784.04-36** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Fanem Ltda. – Pregão 025/2003 – Contrato 238/SMS/2003 R\$ 426.802,68 e TA 001/2003 R\$ 103.972,40 (acrécimo de 25% no objeto do ajuste, para contemplar a aquisição de mais equipamentos) – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.785.04-07, 1.786.04-61, 1.787.04-24, 1.788.04-97, 1.789.04-50 e 1.790.04-39) **6) TC 1.785.04-07** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Cotação Comércio Representação Importação e Exportação Ltda. – Contrato 239/SMS/2003 R\$ 53.890,00 e TA 001/2003 R\$ 8.636,35 (acrécimo de 25% no objeto do ajuste, para contemplar a aquisição de mais equipamentos) – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.786.04-61, 1.787.04-24, 1.788.04-97, 1.789.04-50 e 1.790.04-39) **7) TC 1.786.04-61** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e K. Takaoka Indústria e Comércio Ltda. – Contrato 240/SMS/2003 R\$ 85.400,00 – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.785.04-07, 1.787.04-24, 1.788.04-97, 1.789.04-50 e 1.790.04-39) **8) TC 1.787.04-24** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Protec Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda. – Contrato 241/SMS/2003 R\$ 42.000,00 e TA 001/2003 R\$ 6.000,00 (acrécimo de 25% no objeto do ajuste, para contemplar a aquisição de mais equipamentos) – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.785.04-07, 1.786.04-61, 1.788.04-97, 1.789.04-50 e 1.790.04-39) **9) TC 1.788.04-97** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Panamedical Sistemas Ltda. – Contrato 242/SMS/2003 R\$ 107.900,00 e TA 001/2003 R\$ 15.414,29 (acrécimo de 25% no objeto do ajuste, para contemplar a aquisição de mais equipamentos) – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.785.04-07, 1.786.04-61, 1.787.04-24, 1.789.04-50 e 1.790.04-39) **10) TC 1.789.04-50** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e WEM Equipamentos Eletrônicos Ltda. – Contrato 244/SMS/2003 R\$ 4.940,00 – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.785.04-07, 1.786.04-61, 1.787.04-24, 1.788.04-97, e 1.790.04-39) **11) TC 1.790.04-39** –

Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Dixtal Biomédica Indústria e Comércio Ltda. – Contrato 243/SMS/2003 R\$ 53.500,00 e TA 001/2003 R\$ 11.888,88 (acréscimo de 25% no objeto do ajuste, para contemplar a aquisição de mais equipamentos) – Aquisição de equipamentos para aprimoramento da assistência ao parto e do cuidado ao recém-nascido (Tramita em conjunto com os TCs 1.784.04-36, 1.785.04-07, 1.786.04-61, 1.787.04-24, 1.788.04-97 e 1.789.04-50) **12) TC 3.145.96-04** – Secretaria Municipal de Cultura – SMC e Paineiras Limpeza Serviços Gerais S.C. Ltda. – TAs 49/2000 R\$ 590.284,80 (prorrogação de prazo), 82/2000 (retificação da Cláusula 1.1.27), Tº de Retirratificação 03/2002 (retirratificação do valor contratual) e Execução Contratual, relativos ao Contrato 20/96, no valor de R\$ 682.281,60, julgado em 05/03/1997 – Serviços de limpeza, conservação, manutenção, desinfecção, dedetização, desinsetização e desratização das diversas dependências do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis **13) TC 3.456.01-95** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS e Emtel Vigilância e Segurança S.C. Ltda. – TA 135/2001 R\$ 18.696,29 (acréscimo de 5,88% no objeto do Contrato), relativo ao Contrato 055/2001, no valor de R\$ 908.469,84, julgado em 17/05/2006 – Serviços de vigilância e segurança patrimonial para Unidades da Secretaria **14) TC 4.281.03-40** – Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização – SMG e VGSP – Industrial e Comercial S.A. – Contrato 235/SEMAB-DAS/2003 R\$ 435.639,60 – Aquisição de 220.020 quilos de arroz longo fino tipo 1 **15) TC 5.516.97-38** – Secretaria Municipal de Cultura – SMC e Phobus Promoções e Produções Artísticas Ltda. – TAs 49/98-A R\$ 827.400,00 (redução do preço da prestação dos serviços, prorrogação de prazo e retomada da execução dos serviços suspensos por 60 dias), 113/98 R\$ 827.400,00 (prorrogação de prazo), 29/99 R\$ 827.400,00 (prorrogação de prazo), 71/99 (para constar que o valor máximo mensal dos serviços contratados fica, a partir de 08/04/1999 até 07/10/1999, término da vigência contratual, fixado em R\$ 137.900,00), 116/99 R\$ 827.400,00 (formalização da renúncia por parte da Contratada do direito de percepção ao reajuste anual para o período de 08/10/1999 a 07/04/2000), 40/2000 R\$ 827.400,00 (formalização da renúncia por parte da Contratada do direito de percepção ao reajuste anual para o período de 08/04/2000 a 07/10/2000), 81/2000-A R\$ 827.400,00 (prorrogação de prazo), 23/2001 R\$ 413.700,00 (prorrogação de prazo), 49/2001 R\$ 708.882,00 (prorrogação de prazo e desconto de 30% nos itens I – Sistema de PA e IX – Microfones), 80/2001 R\$ 57.385,54 (aumento de no máximo 17 eventos a partir de 03/12/2001), 17/2002 R\$ 881.038,62 (prorrogação de prazo) e Execução Contratual, relativos ao Contrato 21/97, no valor de R\$ 1.071.000,00, julgado em 04/03/1998 – Serviços de sonorização, compreendendo o fornecimento de equipamentos e sua operacionalização, para atendimento à programação artística da Coordenadoria das Casas de Cultura, com eventos internos, a serem realizados nos espaços das Casas de Cultura, e eventos externos, a serem realizados em praças e logradouros públicos **16) TC 1.178.08-90** – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras – Siurb – Senal Construções e Comércio Ltda. – Representação em face da Concorrência C04/EDIF/SIURB/08, cujo objeto é a execução de serviços e obras relativos à construção de 09 escolas, divididas em 03 lotes (Tramita em conjunto com o TC 1.179.08-52) **17) TC 1.179.08-52** – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras – Siurb – Pavacol Pavimentação Empreendimentos e Comércio Ltda. – Representação em face da Concorrência C04/EDIF/SIURB/08, cujo objeto é a execução de serviços e obras relativos à construção de 09 escolas, divididas em 03 lotes (Tramita em conjunto com o TC 1.178.08-90) – **CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM** – **1) TC 4.161.02-08** – Secretaria Executiva de Comunicação – Secom e Rede de Informações para o Terceiro Setor – Rits – Termo de Parceria 01/SMCIS/2002 R\$ 2.377.215,00 – Execução por organização especializada para prestação de serviços auxiliares, compreendendo as atividades de capacitação em Linux,

desenvolvimento de projeto com tecnologia de comunicação e informação, atendimento e supervisão nas unidades telecentro. "O Conselheiro Roberto Braguim requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão) – CONSELHEIRO CORREGEDOR EURÍPEDES SALES – 1) TC 1.661.08-10** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS – Inspeção objetivando verificar se a empresa AMP Serviços de Diagnósticos por Imagem Ltda. está executando os serviços de manutenção nos equipamentos de radiologia das unidades municipais de saúde, em decorrência dos fatos narrados no ofício encaminhado ao Senhor Secretário Municipal da Saúde pelo Sindicato dos Tecnólogos, Técnicos e Auxiliares em Radiologia no Estado de São Paulo – Sintaresp e trazido a esta Corte pelo Vereador Antonio Donato Madormo, através do e-mail datado de 14/07/2008, notificando a falta de manutenção nos referidos equipamentos

2) TC 1.831.08-48 – Vereador Carlos Alberto Pletz Neder (Câmara Municipal de São Paulo – CMSP) – Representação solicitando a este Tribunal que proceda à inspeção das obras de ampliação e reformas de Unidades de Saúde, em especial as realizadas no Caps Santo Amaro e na UBS Vitorino Carmilo, bem como suas justificativas e necessidades e as responsabilidades funcionais dos servidores envolvidos, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde

3) TC 2.529.99-35 – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – Seme e Vanguarda Segurança e Vigilância Ltda. – TAs 01/00 (supressão do item 3.2 da cláusula terceira do ajuste), 02/01 (R\$ 480.988,80 – redução de 25% de homem/posto 24 horas ininterruptas a partir de 22/10/2001), 03/01 R\$ 8.006.169,60 (prorrogação de prazo e redução do valor homem/hora para R\$ 7,92 pelo desarmamento em 95 postos), 34/2002 R\$ 2.668.723,20 (prorrogação) e 008/2003 R\$ 5.170.153,46 (prorrogação de prazo), relativos ao Contrato 74/98, no valor de R\$ 35.314.704,00, julgado em 02/04/2003 – Prestação de serviços de Segurança Vigilância e Guarda Patrimonial armada para o Autódromo Municipal "José Carlos Pace", Estádio Municipal "Paulo Machado de Carvalho", e Unidades da Secretaria

4) TC 2.920.08-01 – Vereador Aurélio Miguel (Câmara Municipal de São Paulo – CMSP) – Secretaria Municipal da Saúde – SMS – Pronto Express Logística Ltda. – Petição – Solicita relatório referente aos contratos firmados com a empresa Pronto Express, referente à prestação de serviços de armazenamento e distribuição de medicamentos (emergencial e em vigor), com seus respectivos aditamentos. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões) 5) TC 1.542.05-88** – Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – Seme e Vértice Engenharia e Arquitetura Promocional S.C. Ltda. – Concorrência 002/SEME/2004 – Contrato 032/SEME/2004 R\$ 3.288.069,90 e TA 032/2004 R\$ 793.601,14 (acréscimo do valor contratual) – Serviços de implantação de infraestrutura de suporte técnico necessários à realização do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1/2004, para o Autódromo "José Carlos Pace" "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão) 6) TC 5.960.04-09** – Recursos "ex officio" e da Associação Comunitária do Parque Mandy interpostos contra a R. Decisão de Primeira Câmara de 31/10/2007 – Relator Conselheiro Eurípedes Sales – Associação Comunitária do Parque Mandy – Auxílio e Subvenção recebidos no exercício de 2002. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão) 7) TC 2.463.95-03** – Recursos da Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, de Alfredo Mario Savelli e de Marcia Heloisa

Pereira da Silva Buccolo interpostos contra o V. Acórdão de 05/03/2008 – Relator Conselheiro Edson Simões – Secretaria Municipal de Serviços – SES e Companhia Auxiliar de Viação e Obras – Cavo – Serviços de limpeza de vias e logradouros públicos, coleta e transporte de resíduos domiciliares, de varrição, de feiras livres e de todos aqueles resultantes dos serviços de limpeza nas áreas e vias pertencentes às Administrações Regionais de Vila Mariana, Ipiranga e Vila Prudente – Agrupamento V (Acomp. TC 2.342.97-42). "O Conselheiro Eurípedes Sales – Revisor requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão) 8) TC 3.468.07-60** – Secretaria Municipal da Saúde – SMS – Inspeção para apurar a ausência de farmacêuticos nas unidades básicas e ambulatorios da Rede Municipal de Saúde, bem como verificar a situação das UBS e ambulatorios no tocante à área de dispensação e condições de armazenamento de medicamentos e das farmácias hospitalares. "O Conselheiro Eurípedes Sales requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver o citado processo, o que foi deferido." **(Certidão) – CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA – 1) TC 4.858.04-87** – Maluf e Franzo Engenharia e Planejamento Ltda. – Secretaria Municipal de Educação – SME – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP – Representação acerca de contratação de empresas detentoras de Atas de Registro de Preços de serviços de manutenção, reparação e complementação de infraestrutura urbana, para desmontagem das escolas metálicas e construção de escolas de alvenaria justificando a referida contratação como "reformas de escolas" (Tramita em conjunto com os TCs 4.628.03-46, 5.811.04-59, 1.218.05-60 e 1.260.05-26) **2) TC 4.628.03-46** – Subprefeitura Itaquera e Delta Construções S.A. – Concorrência 17/SMSP/COGEL/2002 – Ata de RP 003/SMSP/2003 – Contrato 10/SP-IQ/SF/2003 R\$ 356.297,13 – Serviços de manutenção, reparação e complementação de infraestrutura urbana em áreas de ocupação consolidada, por um período de 90 dias, de acordo com a Ata de RP 003/SMSP/03 (Tramita em conjunto com os TCs 4.858.04-87, 5.811.04-59, 1.218.05-60 e 1.260.05-26) **3) TC 5.811.04-59** – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA e Delta Construções S.A. – Contrato 015/SVMA.G/2004 R\$ 3.755.625,46 – Serviços de manutenção, reparação e complementação entre a Rua Nilo Pereira com a Rua Campo da Vinha com a Rua Imirim – SMSP/Itaquera (Tramita em conjunto com os TCs 4.628.03-46, 4.858.04-87, 1.218.05-60 e 1.260.05-26) **4) TC 1.218.05-60** – Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e Araguaia Engenharia Ltda. – Ata de RP 002/SMSP/COGEL/2003 – Contrato 26/2004 R\$ 708.935,40 – Serviços de manutenção, reparo e complementação da infraestrutura em áreas com ocupação urbana consolidada e que apresentam problemas com benfeitorias públicas, como pavimentos, sistemas de drenagem, muros de arrimo, etc., bem como realização de adequações de geometria e obras complementares ao longo da Estrada do Campo Limpo (Tramita em conjunto com os TCs 4.628.03-46, 4.858.04-87, 5.811.04-59 e 1.260.05-26) **5) TC 1.260.05-26** – Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e Araguaia Engenharia Ltda. – Ata de RP 002/SMSP/COGEL/2003 – Contrato 41/2004 R\$ 1.950.177,49 e TA 48/2004 (prorrogação de prazo) – Serviços de manutenção, reparação e complementação da infraestrutura urbana em áreas com ocupação urbana consolidada (total ou parcialmente), e que apresentem problemas com benfeitorias públicas precárias, como pavimentos, sistemas de drenagem (córregos, galerias, canais e afins), consolidação de taludes, muros de arrimo, obra de terra, partes e mobiliário urbano em geral (Tramita em conjunto com os TCs 4.628.03-46, 4.858.04-87, 5.811.04-59 e 1.218.05-60) **6) TC 1.258.05-84** – Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e Construtora Simioni Viesti Ltda. – Ata de RP 001/SMSP/COGEL/2003 – Contrato 56/2004 R\$ 9.306.191,90 e TA 78/2004 (prorrogação

de prazo) – Serviços de infraestrutura viária, terraplanagem, pavimentação e drenagem no entorno do Terminal de Cargas "Fernão Dias", em atendimento ao convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Guarulhos. "O Conselheiro Maurício Faria requereu ao Egrégio Plenário, nos termos do artigo 172, inciso III, combinado com o artigo 182, ambos do Regimento Interno desta Corte, adiamento do prazo para devolver os citados processos, o que foi deferido." **(Certidões) Solicitando a palavra, o Conselheiro Corregedor Eurípedes Sales manifestou-se como segue:** "Eu queria, Senhor Presidente, realçar, nesta tarde, neste momento, neste instante, até porque é histórico para o Tribunal, um ato do Prefeito, que melhorou a posição do Tribunal. Hoje, o Senhor Prefeito, passando o Nobre Procurador-Chefe da Fazenda para o cargo no DAS-15, igualou Sua Excelência ao Procurador Geral, que também é um DAS-15. Deu ao Procurador-Chefe da Fazenda do Município, no nosso Tribunal, o "status" de Secretário. Isso significa dizer o seguinte: temos certeza de que ele vai se aposentar aqui. Depois da aposentadoria do Gianfrancesco Genoso, tenho certeza absoluta de que os outros Procuradores-Chefes da Fazenda Municipal, que vierem para o Tribunal, ostentarão essa posição. Terão, então, o nível de Secretário da Prefeitura, o nível do Procurador Geral. Neste momento, quero parabenizar o Prefeito, porque o Tribunal de Contas merece um Procurador-Chefe da Fazenda desse nível. Dou os parabéns, também, ao Doutor Genoso, hoje Excelência, doravante Excelência. Este Tribunal é uma maravilha." **Finalizando, o Conselheiro Presidente Edson Simões acrescentou:** "Eu também parabenizo o nosso Procurador. É merecido o trabalho que ele vem desenvolvendo aqui pelo Município de São Paulo." Por derradeiro, o Presidente convocou os Senhores Conselheiros para a Sessão Ordinária 2.490ª, a se realizar no próximo dia 12 de maio, quarta-feira, às 15 horas. Nada mais havendo a tratar, às 16h50min, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai subscrita por mim, RENATO TUMA, _____, Secretário Geral, e assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros, pelo Procurador Chefe da Fazenda e pelos Procuradores. São Paulo, 05 de maio de 2010.

EDSON SIMÕES
Presidente

ROBERTO BRAGUIM
Vice-Presidente

EURÍPEDES SALES
Corregedor

ANTONIO CARLOS CARUSO
Conselheiro

MAURÍCIO FARIA
Conselheiro

GIANFRANCESCO GENOSO
Procurador Chefe da Fazenda

JOEL TESSITORE
Procurador da Fazenda

MARCIA DONATTI GUBERT
Procuradora da Fazenda